

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

Eleições no UNAFISCO SINDICAL



Eleições e Composição da Nova Diretoria - *Pág. 2, 4 e 5*



Nova Diretoria da DS - Festa da Posse
no Clube Naval. Compareça! - *Pág. 6*



Seminário “Segurança
Funcional do Servidor
e o Acesso ao Sistemas
Informatizados” - *Pág. 7*

Fusão dos Fiscos
Pág. 3 e 6

Palestra Denise
Frossard - *Pág. 8*

Fechamos esta edição sob o impacto da emissão da Medida Provisória nº 258 que muda a denominação da Secretaria da Receita Federal para Receita Federal do Brasil, e na prática coloca em marcha o processo de fusão com a Secretaria da Receita Previdenciária.

O UNAFISCO SINDICAL muito ponderou no sentido de que uma mudança de tal ordem, nesta instituição essencial para o Estado, não poderia se dar açodadamente, e muito menos pelo antidemocrático instrumento da medida provisória. Em vão apelamos para ter acesso ao projeto que era preparado sob rigoroso sigilo. Agora, publicada a MP, dispomos de escassos cinco dias para analisar o texto, inferir suas conseqüências, elaborar as emendas e conseguir que sejam apresentadas.

O sigilo, a pressa e a forma de edição, somados ao conturbado momento por que passa o governo, autorizam-nos a supor que a fusão dos fiscos tenha sido definida muito mais por razões políticas do que por razões técnicas. Nesta conjuntura, tudo nos leva à ação. É nossa responsabilidade como servidores de Estado.

A Diretoria da DS/RJ conclama a categoria à unidade e reproduz na presente edição do Agente Fiscal a mensagem da Diretoria Executiva Nacional eleita para o biênio 2005/2007 e a nota conjunta do Unafisco e Fenafisp alertando a sociedade para o risco que a fusão poderá acarretar para o país.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2005.

Diretoria DS-RJ

Composição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o Biênio 2005-2007

A nova Diretoria Executiva do Unafisco no Rio de Janeiro tem como presidente Vera Teresa Balieiro A. da Costa, que ocupava o cargo de vice-presidente na atual Diretoria, liderada por Alexandre Teixeira. O novo vice-presidente é José Carlos Sabino Alves, que respondia antes pelas funções de Primeiro Secretário de Finanças. A Secretaria Geral ficará agora a cargo de Olavo Porfírio Cordeiro, que não fazia parte da Direção anterior.

Aélio dos Santos Filho e Lenine Alcântara Moreira assumirão, respectivamente, as funções de Primeiro e Segundo Secretários de Finanças. Outra que não estava na antiga Diretoria é Sonia Chaves Mesentier, que ocupará, no biênio 2005-2007, o cargo de Secretária de Assuntos Jurídicos.

A Secretaria de Defesa Profissional continuará tendo como titular João Luiz Teixeira de Abreu, o mesmo acontecendo com a Secretaria de Assuntos de Aposentados, entregue a Lenilson Moraes, e com a Secretaria de Atividades Especiais, sob a responsabilidade de Carlos Eduardo dos Santos Baptista.

O Conselho Fiscal eleito tem como membros titulares José Afonso Silva Ramos, Luiz Fructuoso Corrêa e Luiz Gustavo P. Regadas, e como suplentes Clarita da Encarnação, Inez Barcelos e Maria Gláudia Ferrer Mamede.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa. **Secretário-Geral:** Aelio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** José Carlos Sabino Alves. **2º Sec. de Finanças:** Cátia da Silva Beserra. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Lenine Alcântara Moreira. **Sec. de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Sec. de Atividades Especiais:** Carlos Eduardo dos Santos Baptista. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Lenilson Moraes. **Cons. Fiscal:** José Afonso Silva Ramos, Nelson dos Santos Barbosa, Isaias Soares. **Suplentes:** Alzenda Costa do Rego Barros, Ney Roberto Luiz Coelho, Fernando Moretzsohn de Andrade. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Cátia da Silva Beserra, José Carlos Sabino Alves, Aelio dos Santos Filho. **Coordenação editorial e Edição:** Jose Sergio Rocha. **Diagramação:** Manuela Leite. **Fotos:** Ana Paula Batista e Gilson Marques. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro. CEP: 20030-080. **Fone:** (21)2262-3827 / 2220-6782 (fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Mensagem da DEN eleita aos auditores-fiscais

A Diretoria Executiva Nacional eleita para o biênio 2005/2007 dirige-se pela primeira vez aos AFRF para agradecer a confiança e convidar todos os colegas a participarem do esforço de construção da nossa unidade e força. Mais uma vez vivemos um momento em que está em jogo o futuro da nossa carreira e do órgão no qual trabalhamos. Nosso desafio é recuperarmos a confiança dos AFRF na sua capacidade de atuar efetivamente na construção da própria história. Reafirmamos o compromisso com a permanente defesa dos direitos dos AFRF, fundado na unidade, na mobilização e na legitimidade social.

Neste momento em que estamos prestes a assumir a direção do Unafisco Sindical, é com profunda preocupação que recebemos o anúncio da retomada do processo de implementação da fusão dos Fiscos. Tamanha modificação na estrutura e no funcionamento do Estado – e das carreiras envolvidas – não pode se dar de forma açodada e sem um amplo debate com a sociedade e com os próprios servidores, que têm reivindicado o acesso ao projeto, sem sucesso.

O clima de gravíssima comoção política e ética que o País atravessa recomenda prudência, sendo temerário tomar uma decisão desta magnitude nesse contexto. O alijamento do corpo funcional denuncia que os aspectos técnicos e administrativos estão sendo relegados em favor da motivação política do projeto, sob ameaça de ser implementado por medida provisória. Qual o requisito de urgência, a não ser o difícil contexto político e o grande desgaste vivido pelo governo, premido pela necessidade de indicar algo que contemple os agentes econômicos?

Medidas que visem ao aperfeiçoamento da Administração Tributária e ao combate à sonegação não podem prescindir da colaboração dos AFRF, que, no dia a dia de trabalho, sabem

que muito há a fazer dentro da própria SRF, antes de se pensar em fusão dos Fiscos. Os créditos já aproveitados por contribuintes em compensações por declaração montam várias dezenas de bilhões de reais. O açodamento de um projeto de fusão pode, por exemplo, aprofundar o des controle de débitos e créditos, agravando a sangria que abrangeria também as dívidas previdenciárias. Da forma como está sendo conduzido o projeto, as alterações poderão, inclusive, redundar em colapso administrativo, causado também por inconsistências de cadastros, sobreposição e incompatibilidade de sistemas, por enormes diferenças de métodos de trabalho e culturas funcionais e administrativas.

Recentemente, o governo resolveu apresentar linhas gerais do projeto, buscando minimizar alguns dos problemas apontados pela categoria: seria um órgão da administração direta, não haveria separação da Aduana, manter-se-iam as atribuições, os aposentados seriam transpostos para a nova carreira junto com os ativos, não ficaríamos em um cargo em extinção.

Porém, não são suficientes os esclarecimentos do governo, que admite não ter certeza sobre a constitucionalidade da fusão entre os cargos de AFRF e AFPS. Isso nos colocaria em situação de absoluta insegurança em relação ao futuro, pois poderá haver questionamento judicial das transposições aventadas. Também não basta para nossos colegas aposentados e pensionistas dizer que haverá transposição para o novo cargo, se a administração da folha de pagamento continuar separada da dos ativos e a GIFA continuar quebrando a paridade. Não é suficiente afirmar que a Aduana permanecerá na SRF, se seu papel continuar sendo o de mero facilitador do comércio exterior. Também não sabemos quais os investimentos e em que condições trabalhariam os AFRF.

Nossas atribuições privativas não

estão suficientemente garantidas. Continuarão a ser esvaziadas por normas infra-legais e na prática do dia a dia, ainda que permaneçam na lei? Os AFRF continuarão a trabalhar em atividades nas quais não podem fazer uso das suas prerrogativas legais, em evidente perda de prestígio, como ocorre hoje em diversos locais?

Outro tema de grande preocupação é o das remoções, cujas restrições e prazos tenderiam a se agravar com a fusão, face à incorporação de elevado número de servidores fiscais nos grandes centros.

Reivindicamos, portanto, que o projeto de fusão dos Fiscos seja efetivamente debatido com os AFRF e com a sociedade. Queremos negociar mudanças que assegurem à SRF, como no passado, um lugar na linha de frente nas apurações das denúncias de corrupção e movimentações financeiras fantásticas. Queremos discutir as limitações que enfrentamos para exercermos as nossas atribuições. Queremos, por exemplo, discutir o MPF.

O fortalecimento da Administração Tributária não se fará com a diminuição de aporte de recursos em uma estrutura unificada, mesmo sob o atrativo nome de “racionalização de custos”, seguindo a mesma lógica que tem direcionado os recursos do FUNDAF para o atingimento de superávits. As consequências dessa política são conhecidas: achatamento salarial, congelamento de diárias, de indenização de transporte e de auxílio-alimentação, falta de condições de trabalho, escassez de material, falta de investimento em diversas localidades, entre outras.

Reafirmamos que somente unidos e mobilizados poderemos interferir nos destinos de nossa categoria e contribuir para o engrandecimento da instituição Secretaria da Receita Federal.

**Diretoria Executiva Nacional
eleita para o biênio 2005/2007**

Nova Diretoria da DS/RJ toma posse dia 01 de agosto



Vera Teresa Balieiro Costa



José Carlos S. Alves



Olavo P. Cordeiro



Aelio dos Santos Filho



Lenine Moreira



Sonia C. Mesentier



João Luiz T. Abreu



Carlos Eduardo Baptista



Lenilson Moraes

CONSELHO FISCAL

TITULARES

José Afonso Silva Ramos
Luiz Frutuoso Corrêa
Luiz Gustavo P. Regadas

SUPLENTE

Clarita da Encarnação
Inez Barcelos
Maria Gláudia Ferrer Mamede

Números das Eleições no UNAFISCO SINDICAL

Ao fim de uma campanha intensa e participativa, os AFRF de todo o país elegeram a chapa 2 (**Unafisco de Todos**) para compor a nova Diretoria Executiva Nacional e o Conselho Fiscal durante o biênio 2005-2007. Do total de 13.547 associados em todo o país, votaram 9.378 pessoas (69,23%).

No pleito nacional, apurados esses 9.378 votos, a chapa 2 (**Unafisco de Todos**) recebeu 4.957 votos para a Diretoria Executiva Nacional, o equivalente a 52,86% do total, contra 4.034 votos (43,02%) dados à chapa adversária, 188 votos em branco (2%) e 199 nulos (2,12%). Do total de votos, 6.564 foram colocados nas urnas, 443 eram votos em trânsito ou em separado e 2.371 (25,28%) foram por correspondência.

Ainda no pleito nacional, a chapa 2 venceu a eleição no Conselho Fiscal com 4.651 votos (49,59%) contra

3.811 (40,64%) dados à chapa 3, 722 votos em branco e 194 nulos.

No Rio de Janeiro, venceu a chapa 1 (**DS de Todos**) numa eleição bastante disputada. De um total de 2.195 associados (1.087 ativos e 1.108 aposentados), votaram 1.467 pessoas (66,83%). A chapa 1 obteve 733 votos para a Diretoria, contra 700 dados à chapa adversária, 18 votos em branco e 16 nulos. Na eleição para o Conselho Fiscal, a chapa 1 venceu por 674 votos contra 637 para a chapa 2, 133 em branco e 23 nulos.

O Rio de Janeiro foi um dos centros onde a disputa foi mais acirrada em relação ao pleito nacional. Foram dados 733 votos para a chapa Unafisco de Todos contra 628 para a chapa 3.

Ficou evidente para os observadores das eleições que o bom nível da disputa e a clareza na exposição dos objetivos, por parte das duas chapas

que concorreram nacionalmente, foi determinante e explicitou claramente as diferenças programáticas.

No âmbito regional, a categoria teve a oportunidade de expressar com nitidez o tipo de sindicato que desejava ter. No Rio de Janeiro, a mobilização eleitoral superou as expectativas das duas tendências que competiam. A eleição não envolveu apenas os candidatos. Foi expressiva a participação de militantes, o que tornou possível a ampliação do debate em torno das propostas. A mobilização dos aposentados, em grande número na base do Rio de Janeiro, foi outra característica marcante da campanha.

“Concluída a eleição, persistem os objetivos comuns e a disposição de trabalharmos todos pela valorização dos auditores fiscais da Receita Federal”, afirmou a presidente eleita Vera Teresa Balieiro Costa.

DS/RJ agradece a todos que doaram seu tempo nas eleições

A lisura do pleito e a rapidez na apuração do resultado das eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal da DS/RJ foram conseqüências da eficiência e do desprendimento de um grupo de pessoas que abriu mão de suas tarefas, doando seu tempo precioso às tarefas práticas que um pleito envolve. Em nome de todos os auditores-fiscais da Receita Federal, a DS/RJ faz questão de agradecer a cada um desses colegas, cujos nomes passamos a citar:

Integrantes da Comissão Eleitoral

Leunam Costa Leite (presidente); Nelson dos Santos Barbosa e Vera Lúcia Ferreira da Silva (titulares); Átila Gomes e Mair Rossi (suplentes).

Mesários

Abel da Silva Filho
Augusto César Lontra Cardozo
Breno Santos Junqueira Cardozo
Denise Soares Miranda
Eder Mendes
Ednira Maria de Almeida Martins
Eduardo Artur Neves Moreira
Efigênia Maria Nolasco Duarte
Franklin Emygdio Ribeiro
Frederico Lednik
Helio Mathias
Hugo Francisco Tolomelli Dutra

Isaac Katz
Jorceley de Moraes Filho
Marcial Sangreman da Fonseca
Maria Cristina Rodrigues de Aquino
Maria das Graças Bonfim Uchoa
Maria Lúcia Castilho de Barros
Maria Tereza Pires Soares
Orlando Rocha Lopes
Ronald Palmieri Rodrigues
Rosely Gavinho Konder
Tânia Maria Seidl
Vano Sérvio Reis de Souza Filho

Funcionários

Ailton Bezerra
Ana Paula dos Santos Baptista
Felipe Alexandre Machado de Oliveira
Gilson Marques Bezerra de Alvarenga

Jorge Alberto Rocha
Leila Manuela Pereira Costa Leite
Valéria Cristina Henriques Paulino
Wastergleise Rebelo Souza Cunha

Festa junina com forró autêntico reuniu mais de 200 pessoas no “Arraiá da DS”



Canjica, cachorro-quente, bandeirinhas, pé-de-moleque, quentão, bolinho de milho, salsichão. Teve de tudo no Arraiá da DS/RJ que reuniu mais de 200 pesso-

as no dia 4 de junho, um sábado estrelado que pareceu feito de encomenda para que os AFRF e seus familiares repetissem as festas juninas de antigamente.

O caminho da roça foi logo encontrado. Ficava lá no alto de Laranjeiras, na casa de festas da Rua Alice, 1939. A festança começou às 15h e foi com tristeza pelo fim da festa que adultos e crianças saíram de lá, às 21h30. Um dos pontos altos foi o forró pé-de-serra legítimo, com sanfona, triângulo e zabumba, tocado pelo Trio Nota

Dez. Outro momento inesquecível, aquele em que começou a dança da quadrilha, anarriê!

As crianças, cerca de cinquenta, divertiram-se a valer na barraquinha da pescaria, na cama elástica, na piscina de bolas e até no touro mecânico, tudo isso com muitos doces, embaixo das árvores do quintal, um ambiente encantador. No final, todos cobraram que a festa seja incorporada definitivamente ao calendário da DS/RJ. Pedido já encaminhado e aceito por antecipação.

Benefícios previdenciários em risco

A Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social (Fenafisp) e o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), diante da intenção do governo Lula de criar um órgão que denomina “Receita do Brasil”, pela fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, alertam os trabalhadores, aposentados do INSS, contribuintes e demais segmentos da sociedade para o risco que essa fusão oferece para o país.

Esse novo órgão passaria a administrar todas as receitas de impostos federais e contribuições sociais, inclusive as previdenciárias, no âmbito do Ministério da Fazenda e sob enfoque estritamente arrecadatório, passo temerário que poderá ferir de morte a Previdência Social Pública do Brasil, responsável pelo pagamento de 23 milhões de benefícios previdenciários à população.

Com efeito, o governo já declarou sua intenção de aumentar a arrecadação e de reduzir ou acabar com a tributação sobre a folha de pagamento, aumentando-se, em contrapartida, os tributos que incidem sobre o faturamento, sem que se fale no compensatório aumento das alíquotas desses tributos.

Substituir a folha de salário pelo faturamento é retirar a vinculação constitucional da contribuição

previdenciária aos benefícios pagos pelo INSS e pode propiciar a utilização de recursos sociais para outros fins. É privatizar a Previdência Social Pública com o falso argumento de “déficit” e destinar seus recursos para pagamento de juros da dívida pública, para formação de superávits primários e outras políticas neoliberais que vêm sendo adotadas pelos sucessivos governos do Brasil no processo de desmonte do Estado e da Previdência Social Pública. Basta lembrar que a arrecadação da Cofins não é considerada no cálculo das contribuições relativas à previdência.

O governo vem anunciando a necessidade de aumentar o percentual da desvinculação das receitas da União (percentual de 20% prorrogado até 2007 com sinalização de aumento para 35%), medidas que visam a aumentar a margem de manobra para o MF ampliar superávit primário em detrimento dos gastos sociais, o que, à evidência, coloca em risco a garantia de repasse de recursos à Previdência Pública e aponta para a possibilidade de haver uma redução ainda mais gravosa dos benefícios.

Além disso, diante das graves denúncias que a sociedade quer ver esclarecidas, o governo anuncia um “choque de gestão”, alegando um crescente “déficit” na Previdência Social Pública, e que a fusão dos fiscos seria a solução para corrigir

essa situação. Na verdade, não existe déficit e os benefícios continuarão no INSS. Essa fusão não tem nenhuma relação com a administração desses benefícios ou com o combate a eventuais fraudes.

A arrecadação previdenciária é um patrimônio dos trabalhadores e da sociedade, funda-se no pacto de solidariedade entre gerações, construído pela rede de proteção social brasileira no decorrer de mais de oitenta anos, e destina-se ao pagamento de aposentadorias e pensões dos filiados ao Regime Geral da Previdência Social. Dessa forma não pode submeter-se ao tratamento açodado que estamos testemunhando.

Diante disso, repudiam, como entidades representativas de servidores públicos que sempre contribuíram decisivamente na construção do Estado brasileiro e da Previdência Social Pública, a forma como a proposta vem sendo construída pela área econômica do governo, sem transparência e sem debate, e reivindicam que qualquer proposta de reestruturação da Administração Tributária Federal seja precedida de amplo debate com as organizações dos trabalhadores e dos servidores públicos envolvidos, com os diversos segmentos da sociedade civil e com o Congresso Nacional.

Brasília, 19 de julho de 2005

UNAFISCO FENAFISP

A DS/RJ convida seus filiados para a celebração de posse da Diretoria Eleita para o Biênio de 2005/2007

Este será um momento de conagração e união para acumularmos forças e continuarmos os nossos trabalhos com renovada disposição.

Dia 11/08/2005 no Clube Naval das 18 às 22h, Av. Rio Branco nº180 – 6º andar

A participação do AFRF é gratuita e os acompanhantes pagarão R\$ 20,00.

A lotação do Clube Naval é de 250 pessoas. Solicitamos, pois, confirmar antecipadamente sua presença.

Os convites deverão ser retirados na DS/RJ. Poderão ainda ser efetuadas reservas pelo telefone (21) 2262-3827.

AFRF discutem em seminário projeto que aumenta a segurança contra fraudes nos sistemas informatizados

O auditório da DEINF, no Ministério da Fazenda, ficou lotado no dia 16 de maio, durante a realização do Seminário Segurança Funcional do Servidor e o Acesso aos Sistemas Informatizados, que foi organizado pela DS/RJ, tendo como palestrantes o deputado federal Eduardo Paes (PSDB-RJ), autor do projeto de lei 3372/2004, que autoriza a SRF e demais órgãos da Administração Pública Federal a adotarem sistemas de identificação baseados nas características biométricas dos usuários, e o perito judicial em informática Cláudio Andrade Rêgo, autor de trabalhos importantes sobre o mesmo tema.

Tirando dúvidas - O encontro teve como mediador o jornalista e auditor-fiscal aposentado Henrique Galinkin e contou ainda com a participação do secretário de Defesa Profissional da DS/RJ João Abreu. Convidado a também participar, o diretor nacional de Defesa Profissional, Rogério Calil, enviou mensagem justificando a ausência em vista de outro compromisso assumido no mesmo dia e horário.

O objetivo era tirar dúvidas sobre o projeto e foi o que o deputado Eduardo Paes procurou fazer. Em sua rápida exposição, ele disse que o principal objetivo de seu projeto é o de chamar a atenção de toda a administração pública federal, o que inclui a Receita, para o fato de que sempre se deve buscar o máximo de segurança contra a possibilidade de fraudes.

“Fui incentivado a criar o projeto por um colega de vocês, da Receita, diante dos problemas que estavam acontecendo. Não tenho dúvida de que a administração deve investir em segurança para preservar o erário público e a dignidade dos servidores que cumprem sua missão de forma correta”, justificou.

Questão de bom senso - Lembrando casos de fraude no próprio Parla-



Claudio Rêgo, Henrique Galinkin, Dep. Eduardo Paes e João Abreu

mento – sobretudo o episódio marcante dos deputados pianistas, que votavam duas ou mais vezes porque digitavam seus votos em nome de colegas ausentes que lhes emprestavam senhas –, o deputado Eduardo Paes disse que as mudanças feitas no sistema impediram a repetição da fraude na Câmara.

Conhecido dos AFRF por ser suscetível às reivindicações e lutas travadas pela categoria – foi relator do PL 77/1999, que manteve a prerrogativa dos auditores-fiscais no lançamento do crédito tributário – Eduardo Paes ressaltou que não será fácil aprovar seu projeto, daí a importância de que servidores públicos como os AFRF ajudem a empurrar a idéia adiante, para que a mobilização seja capaz de influir no julgamento de outros parlamentares.

Disse ainda que, mesmo aprovado, o projeto – que no momento está tramitando na Comissão de Administra-

ção Pública, aguardando pronunciamento do relator – é autorizativo, ou seja, não obrigará o governo a adotar novos sistemas baseados em identificação digital, da voz ou da íris dos servidores usuários. Mas que é uma questão de bom senso mudar o sistema de autenticação para que se tenha mais proteção.

Exemplo baiano - “O governo da Bahia está colhendo os resultados altamente positivos do investimento que fez no aperfeiçoamento de seus sistemas informatizados. A administração pública federal deve seguir o exemplo. Sabemos que não existe segurança absoluta em nenhum sistema, mesmo que se tenha tecnologia sofisticada. Roubo de senha e servidores mal intencionados existem em qualquer lugar e vão continuar existindo, mas isso pode ser revertido com a busca constante de um ambiente mais seguro”, sustentou o deputado.

Visite o Estrelas do Amanhã na Internet

**Confira o site
no endereço**

www.estrelasdoamanha.org.br

Denise Frossard sai em defesa da paridade e propõe um novo modelo de gestão no serviço público

A violação da paridade através da instituição da GIFA foi criticada pela deputada federal e juíza aposentada Denise Frossard durante palestra que fez, em 6 de junho passado, no auditório da DS/RJ. Defensora intransigente da paridade e da integralidade, Denise Frossard disse que os AFRFs “devem se expor cada vez mais, se misturar, sair às ruas e mostrar à sociedade a importância da carreira pública, usando as palavras mais simples e, entre essas palavras mais simples, as palavras mais curtas”.

Modelo esgotado - Para a deputada Denise Frossard, os problemas enfrentados pelos AFRFs e demais servidores públicos têm sua origem no esgotamento do atual modelo de gestão para as funções de Estado. “O momento para se falar em paridade e integralidade é propício, pois novamente surgem graves denúncias de corrupção. O Estado custa caro porque é ineficiente, e é ineficiente porque são feitas nomeações para o serviço público atendendo interesses das máquinas político-partidárias”.

“O que estamos assistindo agora corrobora minha teimosia de não aceitar o debate que se fez da reforma da Previdência isolado do contexto do serviço público. A discussão ficou centrada o tempo inteiro na situação do caixa dos governos federal e estaduais. Em momento algum falou-se de melhorar o padrão do serviço público”, acrescentou a deputada.

Segundo Denise Frossard, “para acalmar os ânimos”, o governo fabricou uma proposta de emenda constitucional e incluiu os

dispositivos de integralidade e paridade plena, “mas o instituto da paridade nunca foi assimilado pelos gestores públicos, nem mesmo por aqueles que, no passado recente, gritavam nas ruas a favor da paridade”.

PEC paralela - A deputada fez essas declarações antes da aprovação da PEC paralela, que foi promulgada, garantindo a partir daí a paridade para os atuais servidores ativos que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998. Denise Frossard, no entanto, criticou que esse direito seja usufruído apenas pelos servidores que passaram a fazer parte dos quadros da administração pública até essa data.

“O servidor deve ter prerrogativas e garantias dignas de uma carreira de Estado. Quem é servidor, se casa com o Estado. É um casamento que exige exclusividade. Quem está na vida pública não tem tempo de construir um patrimônio. Na magistratura, após 20 anos como juíza, o único patrimônio que consegui foi um apartamento de dois quartos. O servidor não é culpado, mas vítima da ineficiência e da corrupção da máquina pública, situação que só terá fim quando houver um modelo novo de gestão”.

Fechar as portas - Diante dos argumentos de que a paridade cria constrangimentos orçamentários aos gestores públicos, que ficam impedidos de conceder salários justos para os funcionários na ativa, Denise Frossard rechaçou tais analogias e disse que “o que é necessário fazer é fechar as portas da corrupção, acabar com o mau hálito político, com o financia-



mento de campanhas eleitorais através de recursos obtidos de maneira espúria nos negócios de Estado”.

A deputada contou que certa vez estava dando uma entrevista à revista inglesa “The Economist” e, quando defendia a reforma administrativa, soube pelo repórter que o primeiro-ministro Tony Blair, recém-empossado, tentava inutilmente fazer com que o Parlamento britânico nomeasse três pessoas que ele queria levar para o governo.

“Aqui no Brasil, nós, deputados, temos uma lista enorme de nomeações que podemos fazer, o que é um absurdo. O país mais corrupto do mundo, de acordo com indicadores internacionais, é Bangladesh, que tem um milhão de funcionários públicos, a maioria deles nomeados segundo critérios políticos. O Brasil aparece mais ou menos lá pela metade dessa lista, o que significa que temos muito o que fazer para melhorar esse quadro”, disse Denise Frossard, deixando bem claro que o absurdo não está na quantidade de servidores, e sim nas nomeações de caráter político que desmoralizam e incham qualquer administração, seja em Bangladesh ou em qualquer outra nação.